

Revista



FEBASE

Ano V
N.º 43
1,50 €
Maio de 2014

Federação do Sector Financeiro



Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira e Mário Mourão

Garante UGT no Dia do Trabalhador

Não deixaremos morrer **Abril** nem **Maio**

“ Um país só é livre
se tratar bem trabalhadores,
pensionistas, reformados
e der aos jovens esperança
num futuro melhor ”

Lucinda Dâmaso

“ Não se compreende por que
o Governo ainda não decidiu
o aumento do SMN,
apesar do acordo
entre os parceiros sociais ”

Carlos Silva



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Mário Mourão – SBN

Conselho editorial:
Firmínio Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 64.470 exemplares
(sendo 5.470 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário



SINDICAL | 1.º de Maio
Contra o esbulho de direitos **4**
O sindicalismo é parte do futuro **6**

INQUÉRITO | O 25 de Abril e os sindicatos
Carlos Silva: "Sem sindicatos plurais o regime ficaria amputado" **8**
Luís Gonçalves da Silva: "Atores principais do palco democrático" **9**

QUESTÕES | Jurídicas
Horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares **10**

ATUALIDADE | Parlamento Europeu
Fazer ouvir a voz do trabalho em Bruxelas **13**

DOSSIÊ | Modelo Social Europeu
Quer a Europa salvar o seu modelo social? **14**
O que é o MSE **14**
Ataque aos direitos laborais **15**
O caso português **16**

Visto de fora | Daniel Vaughan-Whitehead
Por que o Modelo Social Europeu continua a ser relevante **18**



20
| Bancários Sul
e Ilhas



23
| Bancários Norte



26
| Bancários Centro



29
| STAS Actividade
Seguradora



TEXTO: ANÍBAL RIBEIRO

Num período de dúvidas e dissabores,
de impasse e sacrifícios em que tantos
se insurgem contra as políticas
que nos diminuem as grandes
conquistas de valores adquiridos
com a Democracia, temos
que dizer basta!

Vamos fazer cumprir Abril!

Quarenta anos depois daquele que ficou conhecido como o "dia da Liberdade", os ideais permanecem, mas será que podemos acreditar que continuam a ser defendidos?

Perante um Governo que baixa salários e pensões, acaba com direitos sociais e tudo faz para destruir a negociação coletiva; um Governo trapalhão que tem como aliado um Presidente da República sem perfil para fazer cumprir a Constituição; perante um País com dois milhões de pobres, dois milhões a viverem com a reforma mínima e quase um milhão a viver do salário mínimo nacional, será que os ideais do 25 de Abril estão a ser defendidos?

Hoje assistimos impotentes a um presente que nada tem a ver com o que festejámos em Abril de 74.

O Movimento das Forças Armadas, em Abril de 74, assumiu três princípios: Descolonizar, Desenvolver e Democratizar.

Descolonizar era o principal propósito revolucionário dos capitães de Abril, cansados da guerra nas colónias. Descolonizar foi, obviamente, o princípio mais fácil e rápido a ser implementado, sem delineação estratégica no repatriamento de centenas de milhar de portugueses, que depois de espoliados de tudo protagonizaram aquele que foi considerado um dos maiores movimentos migratórios da humanidade.

Desenvolver era a promessa dos elementos da Revolução, conscientes de que tinham no progresso e bem-estar social a missão que merecia o apoio popular.

Se até ao verão de 75 as dúvidas sobre o regime e as opções governativas podiam pôr em causa a ambição de desenvolver o País, a democracia em Portugal conquistou a alteração política, permitindo iniciar grandes transformações sociais e económicas. A pobreza e a miséria em que vivia a maioria dos portugueses foram drasticamente reduzidas ao longo destes 40 anos.

Em 74, a Democracia era um destino longínquo para a maioria. Foi com a Revolução que se instaurou o regime democrático. Foi graças à coragem dos capitães de Abril que se construiu a Revolução e hoje vivemos numa democracia representativa, em que cada cidadão tem direitos, liberdades e garantias. E às conquistas políticas devemos sempre associar as conquistas sociais.

Num período de dúvidas e dissabores, de impasse e sacrifícios em que tantos se insurgem contra as políticas que nos diminuem as grandes conquistas de valores adquiridos com a Democracia, temos de dizer basta! Temos de dizer-lhes que nós, trabalhadores, pugnamos pelos ideais de Abril: Liberdade, Democracia e Desenvolvimento.

Só desta forma se cumpre o desígnio do 25 de Abril! ■



Contra o esbulho de direitos

A UGT regressou às origens e comemorou o Dia do Trabalhador junto à Torre de Belém. Carlos Silva voltou a apelar ao aumento do salário mínimo e condenou as subidas do IVA e da TSU

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A UGT regressou ao modelo antigo e trocou o desfile na Avenida da Liberdade pelos jardins junto à Torre de Belém. Este ano, o Dia do Trabalhador revestiu-se de um significado especial, passados que estão 40 anos da Revolução dos Cravos.

As conquistas laborais e sociais entretanto alcançadas contribuíram para uma melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses embora estejam, nos dias que correm, seriamente ameaçadas.

O dia começou cedo com os vários sindicatos representados a abrirem os seus expositores ao público. Pouco depois deu-se início ao colóquio "Novos desafios, novas lutas", onde foi abordado o futuro do mundo sindical com especial ênfase, naturalmente, no papel da central sindical.

E como o 1.º de maio é um dia de luta mas também de comemoração e confraternização, ao mesmo tempo que a fome era combatida por todos quantos quiseram comparecer, a animação musical surgia em palco, sofrendo apenas uma interrupção para os habituais discursos, onde se defendeu o aumento do salário mínimo, condições de trabalho dignas e mais oportunidades para os jovens, entre outras reivindicações.

Aposta na juventude

Um a um foram chamados ao palco todos os elementos afetos à direção da UGT. Os ex-secretários-gerais Torres Couto e João Proença e os ex-presidentes

Pereira Lopes e João Dias da Silva também marcaram presença.

O primeiro a discursar foi Bruno Teixeira, presidente da Comissão de Juventude, afirmando que a sua geração muito deve a quem ajudou a conquistar a liberdade e permitiu aos jovens nascidos no pós-25 de abril poder crescer, estudar e trabalhar em liberdade.

"Se passados 40 anos podemos afirmar que a ditadura política é algo do passado, sofremos hoje, no entanto, as consequências de outro tipo de ditadura que, porventura, é tão ou mais difícil de combater porque é uma ditadura sem rosto, sem ideologia política e sem fronteiras", continuou o presidente da Comissão de Juventude, lembrando que a nova geração, a mais qualificada de sempre, apenas pede uma oportunidade para retribuir o investimento feito nela.

Bruno Teixeira deixou a garantia de que a juventude sindical da UGT "estará em todas as frentes na defesa dos interesses dos jovens portugueses".



cançar mais competitividade com medidas que minam a competitividade?".

Para Lina Lopes é urgente criar condições favoráveis ao investimento e à criação de emprego. "Rejeitamos que a recuperação da economia seja feita à custa dos mais fracos e vulneráveis. Caminhemos juntos em liberdade por um futuro de maior igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, justiça e solidariedade", concluiu.

Apelo à luta

"Temos de continuar a lutar por mais e melhor qualidade de trabalho e emprego". O apelo foi deixado pela presidente da UGT, que não esqueceu as origens do 1.º de maio, referindo que há 128 anos trabalhadores norte-americanos conseguiram melhores condições de trabalho mercê de uma luta que consideravam justa.

Lucinda Dâmaso afirmou ainda que a força da UGT conseguirá melhores dias para todos, deixando uma palavra aos jovens que procuram o primeiro emprego, aos milhares de desempregados que não encontram trabalho e aos reformados e pensionistas cujo objetivo de um final de vida com dignidade está seriamente ameaçado.

"Hoje, como sempre, a UGT não deixará de lutar por uma vida digna para todos os



Música marcou Dia do Trabalhador

Ao longo do dia foram muitas as animações que ajudaram a comemorar o 1.º de maio. Desde acordeonistas à Filarmónica de Figueiró dos Vinhos passando pela tuna "Os Agostinhos da Roseta" ou o Rancho Folclórico da Nazaré. O dia terminou em beleza com a voz de Carlos Alberto Moniz, cujo repertório de músicas relacionadas com a liberdade animou os muitos presentes que resistiram até final.

vimento dos Capitães de Abril "para que a democracia e a liberdade fossem hoje um património quotidiano de todos".

Carlos Silva afirmou que a UGT está orgulhosa do seu passado, dos acordos que celebrou, das greves que convocou e da disponibilidade para a concertação social.

Para o secretário-geral, será a determinação da central que poderá conduzir ao aumento do salário mínimo após as eleições europeias, e manifestou-se estupefacto com a decisão do Governo de aumentar o IVA e a TSU. "Será que é para dar a machadada final no setor da restauração e lançar para o desemprego mais alguns milhares de trabalhadores? A subida da TSU, anunciada em vésperas do 1.º de maio, como poderá ser entendida pelos trabalhadores?".

Ainda em relação ao salário mínimo, Carlos Silva não compreende por que o Governo ainda não se decidiu pelo aumento, apesar do acordo existente há muito tempo entre os parceiros sociais.

"Havemos de vencer"

Carlos Silva não desacelerou no discurso, afirmando que a enorme massa humana presente em Belém é a prova de que a UGT continua unida. O secretário-geral referiu que a central continua disponível para o diálogo mas também para a mobilização dos trabalhadores contra o "esbulho de direitos".

"Não deixaremos morrer Abril nem Maio. Porque a nossa força é a força do sindicalismo livre, responsável e lutar", prosseguiu antes de deixar um apelo a todos os portugueses: "Não se demitam das vossas responsabilidades. A mudança de políticas só pode ser conseguida mediante a exigência dos povos. Votem no dia 25 de maio!", exortou. ■



Garantir o futuro

Lina Lopes começou a sua intervenção referindo que tem uma enorme dívida de gratidão para com quem libertou Portugal da ditadura e que o melhor agradecimento é continuar a lutar para garantir que "os frutos da liberdade chegam a todos".

A presidente da Comissão de Mulheres não compreende o porquê de se focalizar as reformas da flexibilização do mercado de trabalho, na redução dos salários e na dificuldade no acesso à saúde e à educação. "Não é uma contradição tentar al-

portugueses. Um país só é livre se tratar bem os trabalhadores, os pensionistas e os reformados, se der aos jovens esperança num futuro melhor".

Contra aumento de impostos

O discurso do secretário-geral da UGT foi o mais aguardado da tarde e aquele que acolheu mais ovações. Carlos Silva começou por lembrar todos os que "tomaram numa guerra injusta e cruel", que conheceu o fim com a Revolução dos Cravos, e enalteceu o contributo do Mo-



O sindicalismo é parte do futuro

Esta é a principal conclusão a que se chegou na manhã do dia 1 de maio, no colóquio organizado pela UGT e que abriu as comemorações do Dia do Trabalhador em Belém

A manhã do primeiro dia de maio ficou marcada pela realização do colóquio "Novos desafios, novas lutas", que pretendeu fazer uma reflexão acerca do papel do sindicalismo nos próximos anos.

A moderação do debate esteve a cargo de Luís Correia, secretário-geral adjunto da UGT, e contou com um painel de oradores composto por Rui Riso, vice-presidente da central e presidente do SBSI, João Dias da Silva, secretário-geral da FNE, Lina Lopes e Bruno Teixeira, presidentes da Comissão de Mulheres e da Comissão de Juventude, respetivamente.

Uma plateia bem composta, que não se coibiu de contribuir para o debate com opiniões importantes e válidas, ouviu atentamente os oradores.

Na sua introdução, Luís Correia fez questão de referir que uma central sindical é "a principal força de qualquer país" sem a qual "nenhum governo consegue implementar medidas".

"Não há democracia sem sindicatos"

O presidente do SBSI foi o primeiro a dar opinião sobre esta temática. Para Rui Riso, o "ataque cerrado" que tem sido feito ao movimento sindical, com consequências na contratação coletiva, é algo que preocupa e que deve ser tido em conta no futuro.

Na opinião do vice-presidente da central, ser sindicalizado não é apenas o ato de adesão a um sindicato, mas uma franca necessidade. "O sindicalismo, nomeadamente o da UGT, faz-se com todos os setores e trabalhadores. A UGT é uma central interventiva e

respeitada, porque a grande verdade é que os acordos com a troika só se fazem se houver representatividade dos trabalhadores".

Rui Riso referiu que o Governo não pode reconhecer a central como parceiro fundamental para subscrever acordos apenas quando mais lhe convém.

Perspetivando o futuro, Riso chamou a atenção para a necessidade de haver sindicatos, pois só assim poderá haver justiça nas relações de trabalho. "Se os trabalhadores se unirem em Portugal não há governo que resista sem o seu apoio e é isso que procuraremos fazer nos próximos anos", concluiu.





Continuar a lutar pela igualdade

Lina Lopes optou por fazer uma comparação entre a situação laboral das mulheres desde a década de 70 e os tempos atuais. A presidente da Comissão de Mulheres da UGT considerou ter havido uma grande evolução após o 25 de abril, com a entrada em vigor do salário mínimo para as mulheres, do subsídio de desemprego, do aumento da licença de maternidade para 90 dias, bem como de outros direitos na gravidez, maternidade e assistência familiar.

"Estas medidas levaram a que houvesse um aumento do emprego feminino em Portugal", prosseguiu Lina Lopes, atribuindo também uma fatia da responsabilidade ao setor público, que facilitou o acesso das mulheres a empregos bem remunerados e qualificados. No privado, foi o setor financeiro quem mais contribuiu para a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

No entanto, tal como agora, as mulheres eram as mais afetadas, com atraso no pagamento dos salários e empregos a tempo parcial, entre outros. "Existe uma desregulação do mercado de trabalho em que as mulheres continuam a ter os salários mais baixos", explicou.

Lina Lopes referiu que Portugal continua a ser um País com uma elevada

desigualdade salarial, onde as mulheres "servem para trabalhar mas não em cargos de gestão e de topo".

A presidente da Comissão de Mulheres referiu que Portugal tem a menor taxa de natalidade da União Europeia, precisamente o oposto de há 40 anos, e apelou a uma concertação entre políticas de natalidade e políticas de juventude.

Sindicalismo fundamental

Para João Dias da Silva, o papel dos sindicatos sempre teve extrema importância, uma vez que foi a sua intervenção que permitiu aos trabalhadores uma melhoria das condições de vida. "Tem sido por intervenção dos sindicatos que temos evitado muitas situações de descalabro social".

O secretário-geral da FNE referiu que, apesar de haver a convicção generalizada da importância do papel dos sindicatos junto das entidades patronais e dos governos, a percentagem de pessoas que nunca se sindicalizaram é enorme. "Como fazemos para que as pessoas sejam não apenas reconhecedoras da importância e da necessidade dos sindicatos mas também participem nos sindicatos?", questionou João Dias da Silva respondendo que os valores da intervenção sindical têm de ser consolidados, embora uma crescente individualização no mercado de trabalho dificulte este processo.

"A existência da perspectiva comum da intervenção sindical tem muito a ver com o olhar para o lado e ter outros nas mesmas condições", explicou o ex-presidente da UGT.

João Dias da Silva considerou que as organizações sindicais têm de saber adaptar-se à utilização das novas tecnologias, embora continue a achar que "o sindicalismo tem de ser de presença e de proximidade e não pode ter líderes afastados da realidade".

A terminar, o sindicalista afirmou que a formação de ativistas e dirigentes sindicais é estratégico para a mobilização das pessoas. "Têm de sentir o sindicato presente e próximo".

Novos desafios, lutas antigas

O presidente da Comissão de Juventude foi o último a intervir. Bruno Teixeira considerou que os desafios são novos para as mesmas lutas de sempre: combate ao desemprego, à emigração, à precariedade e aos baixos salários.

"O clima de austeridade transformou a nossa ação. No início lutávamos por melhores condições de vida, agora o nosso trabalho é tentar atenuar o ataque que é feito diariamente a todos os portugueses", referiu.

Falando especificamente dos jovens, Bruno Teixeira considerou que a sua geração tem sido a mais fustigada de todos os tempos e revelou que desde a entrada da troika em Portugal 87% dos empregos destruídos são de jovens até aos 35 anos.

Para o presidente da Comissão de Juventude, é necessário ter noção dos números da emigração e das implicações no desenvolvimento de Portugal. "Nos últimos três anos, 246 mil jovens abandonaram o País. A maioria é altamente qualificada e vai contribuir para a melhoria das economias dos países que ainda os conseguem absorver. Os jovens apenas pedem uma oportunidade para darem o seu contributo e retribuírem o investimento feito neles".

Para Bruno Teixeira, um dos grandes desafios do sindicalismo passa por contrariar a desregulação da legislação laboral em Portugal praticada pelo Governo.

A baixa taxa de sindicalização jovem é igualmente uma preocupação e, na opinião de Bruno Teixeira, é urgente discutir novos mecanismos de filiação. "A juventude mobiliza-se mais pela militância sindical do que pela contrapartida que o sindicato tem para oferecer. Porque não pensarmos numa quota simbólica para jovens trabalhadores para fidelizá-los e envolvê-los no movimento sindical?", desafiou. ■



Com o propósito de comemorar o 40.º aniversário da Revolução, a revista Febase inquiriu um conjunto de personalidades sobre a democracia e os sindicatos

40 anos de

Entre as instituições que tiveram um papel decisivo na consolidação da democracia em Portugal contam-se os sindicatos.

Estruturas representativas dos trabalhadores, os sindicatos têm desempenhado um importante papel na luta por melhores condições de trabalho, no combate às desigualdades sociais e na construção de uma sociedade mais justa.

Quando se comemoram os 40 anos do 25 de Abril, a revista Febase quis saber como a sociedade vê os sindicatos, lançando um inquérito a um conjunto de personalidades.

Mas quis ir mais longe. Pondo os olhos no futuro, pretendeu também saber como perspetivam o futuro do sindicalismo em Portugal.

Quatro questões foram colocadas. Neste número iniciamos a publicação das respostas, que continuará nas próximas edições.



componente laboral, daí que esta conquista seja, na minha visão, a mais importante decorrente do 25 de Abril de 74.

As perguntas

1 – Qual a maior conquista dos sindicatos com o 25 de Abril?

2 – A criação de novas estruturas de diálogo social, como a concertação social, são reflexo da consolidação democrática?

3 – A negociação coletiva está a ser ultrapassada por normas legais imperativas. De que forma afeta uma das funções primordiais dos sindicatos? Estará em causa a livre negociação?

4 – Face aos condicionalismos económico-financeiros do País, qual deverá/poderá ser o papel dos sindicatos nos próximos anos?



Carlos Silva

Secretário-geral da UGT

"Sem sindicatos plurais o regime ficaria amputado"

1 – A liberdade sindical instituída na Constituição de 1976 e a possibilidade de, no seio do movimento sindical, os trabalhadores poderem rejeitar as tentativas de imposição da unicidade sindical, como âncora de apoio às tentativas de hegemonização do PCP na sociedade portuguesa.

Sem sindicatos livres e plurais o regime democrático ficaria amputado da

2 – Naturalmente. E aqui se insere a UGT, com um papel fundamental nessa consolidação, face à sua disponibilidade para o sindicalismo de proposição, onde a prioridade da sua intervenção sindical assenta na negociação, no diálogo com os parceiros sociais e o Governo, na hegemonização das virtualidades do tripartismo como decorre das convenções internacionais decorrentes da OIT.

3 – Afeta do ponto de vista do respeito e credibilidade institucional dos sindicatos perante os trabalhadores e a opinião pública. O facto de a imperatividade das normas legais bloquearem a livre negociação entre trabalhadores e empresários através da contratação coletiva dissuade a sindicalização e diminui a defesa dos direitos dos trabalhadores, sobrepondo-se as questões económicas às sociais.

4 – Continuarão a assumir-se como os interlocutores privilegiados dos trabalhadores perante as empresas e os governos. Nada substitui o papel do movimento sindical em democracia.

A crescente individualização das relações de trabalho obriga o movimento sindical a ser inovador perante os desafios e as formas de luta a encetar, como

sindicalismo livre



únicas formas de reagir às ofensivas do poder económico e financeiro que têm como objetivo a desvalorização constante do fator trabalho nas economias e nas sociedades.



Luís Gonçalves da Silva

Docente da Faculdade de Direito de Lisboa
"Atores principais do palco democrático"

1 – Sem qualquer dúvida a liberdade sindical plena, que é hoje um pilar essencial do Estado de Direito democrático. Essa liberdade conferiu também às associações sindicais uma maior responsabilidade no desenvolvimento e aprofundamento da democracia. Hoje são atores principais do palco democrá-

tico e, portanto, têm também responsabilidade nos destinos do País, não se podendo ignorar os seus importantes contributos. Naturalmente que esta responsabilidade não pode deixar de relevar nas suas decisões.

2 – São seguramente um reflexo dessa consolidação, mas ainda há um longo caminho a percorrer. A concertação social tem sido um importante instrumento para a prevenção da conflitualidade no nosso País. Numa época de crise, a sua relevância é ainda maior; e temos de reconhecer que os parceiros sociais em geral têm estado à altura das exigências, ainda que se possa fazer diversas críticas às opções tomadas e aos métodos utilizados.

Mas não podemos ignorar: sem eles, o País estaria provavelmente num quadro de conflitualidade que o tornaria efetivamente ingovernável.

É, no entanto, preciso assegurar que a democracia participativa, da qual a concertação é um dos vetores essenciais, não é um mero ritual e, muito menos, um mecanismo que possa ser utilizado em virtude de pequenas táticas políticas ou exigências circunstanciais.

Sublinharia ainda que em matéria de concertação social é para mim muito importante, e a Organização Internacional do Trabalho já o exigiu, que sejam introduzidos, desde logo, critérios objetivos e transparentes de representatividade

de no quadro da Comissão Permanente de Concertação Social.

3 – Na verdade, o legislador tem tido um comportamento contraditório, ora instigando à negociação, ora afetando indelevelmente o seu resultado. O problema não está na existência de normas imperativas, que terão sempre de existir, mas na forma como se decide que determinadas matérias ficam excluídas da contratação coletiva, sem uma reflexão dos efeitos das decisões.

Por outro lado, sem estabilidade mínima do quadro laboral não é possível negociar com segurança; continua a considerar-se que a lei é o remédio de todos os males, ignorando-se que há cada vez maior distância entre as normas do Diário da República e a vida quotidiana dos trabalhadores e das empresas.

4 – As associações sindicais – nas suas diferentes dimensões – têm de se fortalecer, pois a abrupta diminuição de filiados constitui um problema que têm de enfrentar e identificar soluções.

Considero que é essencial – e os estudos demonstram-no – um maior distanciamento dos partidos políticos, bem como maior capacidade de atração de diversos tipos de trabalhadores (por exemplo, mais jovens, trabalhadores temporários, trabalhadores a termo, a tempo parcial, mais qualificados).

Por outro lado, um sindicalismo forte tem de ter capacidade de criar novas formas de entendimento, adequando-se à situação económica e aos novos desafios de gestão.

Acresce que as associações sindicais deverão também, para além da clássica função de assistência, de assumir um papel importante em termos de formação, pois esta será a melhor forma de assegurar maior autonomia aos trabalhadores.

Em suma: maior disponibilidade para negociar e criatividade nas diferentes mesas, seja a concertação social, seja a negociação coletiva, apostando numa visão de médio e longo prazo, não deixando obviamente de denunciar as medidas gravosas para os trabalhadores, de preferência sem uma lógica de mera luta de classes. ■



Horário flexível de trabalhador com

Nos dias de hoje, e por se assistir a uma maior competitividade e acrescida exigência nas relações laborais, bem como a alterações estruturais na organização de cada família, torna-se por vezes difícil conciliar a vida profissional com a familiar

TEXTO: **CARLA MIRRA***

No Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e por constituírem valores sociais eminentes, constam diversas normas que visam proteger a

maternidade e a paternidade, nomeadamente nos artigos 33.º e seguintes (Subsecção IV - Parentalidade).

A proteção da parentalidade concretiza-se através da atribuição dos seguintes direitos: licença em situação de risco clínico durante a gravidez; licença por interrupção de gravidez; licença parental, em qualquer das modalidades; licença por adoção; licença parental complementar em qualquer das modalidades; dispensa da prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, por motivo de proteção da sua segurança e saúde; dispensa para consulta pré-natal; dispensa para avaliação para adoção; dispensa para amamentação ou aleitação; faltas para assistência a filho; faltas para assistência a neto; licença para assistência a filho; licença para assistência a filho com deficiência ou doença crónica; trabalho a tem-

po parcial de trabalhador com responsabilidades familiares; horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares; dispensa de prestação de trabalho em regime de adaptabilidade, banco de horas ou horário concentrado; dispensa de prestação de trabalho suplementar; dispensa de prestação de trabalho no período noturno.

Estão previstas ainda outras garantias, como sejam a proteção em caso de despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante ou de trabalhador no gozo de licença parental.

Não podendo explorar-se cada um dos direitos enunciados, opta-se por desenvolver um tema de relevo e desconhecido de alguns trabalhadores: o horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares, previsto nos artigos 56.º e 57.º do Código do Trabalho.

■ Recentemente, a Diretiva 2010/18/EU do Conselho, de 8 de março de 2010, que aplica o Acordo – Quadro revisto sobre licença parental, retomou a necessidade de garantir que "o acesso a disposições flexíveis de trabalho facilita aos progenitores a conjugação das responsabilidades profissionais e parentais e a sua reintegração no mercado de trabalho, especialmente quando regressam do período de licença parental".

No âmbito da legislação nacional, tanto a Constituição da República Portuguesa (CRP) como o Código do Trabalho (CT) preconizam o dever de o empregador proporcionar aos trabalhadores as condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal (artigo 59.º, n.º 1 alínea b) e artigo 68.º da CRP e n.º 3 do artigo 127.º do CT), sendo igualmente definido como dever do empregador a elaboração de horários que facilitem essa conciliação, nos termos do artigo 212.º, n.º 2, alínea b) do CT.

Para concretização destes princípios, o CT prevê, no seu artigo 56.º, o direito do trabalhador com filho menor de doze anos, a trabalhar em regime de horário flexível.

Para o efeito, o(a) trabalhador(a) deve observar os seguintes requisitos, quando formula o pedido de horário flexível:

solicitar o horário ao empregador com a antecedência de 30 dias; indicar o prazo previsto, dentro do limite aplicável; apresentar declaração conforme o(s) menor(es) vive(m) com o/a trabalhador(a) em comunhão de mesa e habitação.

Feito o requerimento, o empregador apenas pode recusar o pedido com fundamento em exigências imperiosas do funcionamento da empresa ou na impossibilidade de substituir o(a) trabalhador(a) se este(a) for indispensável, dispondo, para o efeito, do prazo de vinte dias, contados a partir da receção do pedido do(a) trabalhador(a), para lhe comunicar por escrito a sua decisão. Se o empregador não cumprir o prazo referido para comunicar a intenção de recusa, considera-se aceite o pedido efetuado do(a) trabalhador(a), nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 57.º do CT.

■ Em caso de recusa, é obrigatório o pedido de parecer prévio à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), nos cinco dias subsequentes ao fim do prazo estabelecido para apreciação pelo(a) trabalhador(a), implicando a sua falta, de igual modo, a aceitação do pedido.

Ainda assim, mesmo em presença do pedido de emissão de parecer prévio no prazo indicado na lei, caso a intenção de recusa da entidade empregadora não

mereça parecer favorável da CITE, tais efeitos só poderão ser concretizados através de decisão judicial que reconheça a existência de motivo justificativo.

Tal como tem vindo a ser referido nos pareceres emitidos pela CITE, subjacente às exigências sobre a fundamentação apresentada para a recusa, encontra-se a preocupação já referida na Convenção da OIT n.º 156 referente à igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores de ambos os sexos: os problemas dos trabalhadores com responsabilidades familiares são questões mais vastas relativas à família e à sociedade, sendo importante e necessário instaurar a igualdade efetiva de oportunidades de tratamento entre trabalhadores de ambos os sexos com responsabilidades familiares e entre estes e outros trabalhadores.

■ Tal como refere a CITE num dos muitos pareceres emitidos (disponíveis em www.cite.gov.pt/pt/pareceres) "Esclareça-se que, sendo concedido aos/às pais/mães trabalhadores com filhos menores de 12 anos um enquadramento legal de horários especiais, designadamente através da possibilidade de solicitar horários que lhes permitam atender às responsabilidades familiares, ou através do direito a beneficiar do dever que impende sobre

responsabilidades familiares



o empregador de lhes facilitar a conciliação da atividade profissional com a vida familiar, as entidades empregadoras deverão desenvolver métodos de organização dos tempos de trabalho que respeitem tais desígnios e que garantam o princípio da igualdade dos trabalhadores, tratando situações iguais de forma igual e situações diferentes de forma diferente".

Grande número de empresas ainda não se encontra receptiva à aplicação deste tipo de soluções, mas há uma mudança de mentalidades e de postura que urge ocorrer.

O seu Sindicato mantém-se, como sempre, disponível para o apoiar em qualquer destas situações, sendo certo que um trabalhador informado, conhecedor dos seus direitos, poderá melhor defender os seus interesses. ■

**Advogada do STAS*

Viagens em Grupo com Acompanhamento Oasistravel

Desconto Especial 10%

para o acompanhante
(excluindo taxas)
nas reservas até
23 MAIO
Aproveite !!

Pagamentos até 14
meses rigorosamente
sem juros ou
encargos

Acompanhamento
Oasistravel durante
toda a viagem

Oferta Taxa de
Reserva

Oferta Seguro de
Viagem VIP



OASISTRABEL

28 ANOS
de confiança

EXCLUSIVOS OASISTRABEL - SELECÇÕES 2014

**Riviera Francesa, Ligúria
& Lagos Italianos**

22 Junho - 1.644€
8 dias | P.C. | hotéis 4*

**Rússia Imperial
- Moscovo & S.Petersburgo**

21 Julho - 1.776€
7 dias | P.C. | hotéis 4*

**Alemanha - Floresta Negra
& Castelos da Baviera**

12 Set. - 1.456€
7 dias | 12 ref. | hotéis 3*/4*

Israel & Jordânia

13 Set. - 2.112€
12 dias | P.C. | hotéis 4*

Índia- Magia Colorida do Rajastão

c/ extensão ao Dubai
16 Set. - 1.592€
11 dias | P.C. | Hotéis 4*/5*

Budapeste

20 Set. - 944€
5 dias | 7 ref. | hotel 4*

**China Encantada com
Cruzeiro Rio Yangtzé**

21 Set. - 3.464€
15 dias | P.C. | htl/cruz. 4*/5*

Irão - Nos trilhos da Antiga Pérsia

12 Out. - 2.050€
10 dias | P.C. | hotéis 4*/5*

Perú - Magia do Império Inca

17 Out. - 3.360€
12 dias | P.C. | hotéis 4*/5*

Tailândia - Reino do Sião

1 Nov. - 2.595€
13 dias | P.C. | hotéis 4*

Argentina & Chile

Patagónia & Terra do Fogo
8 Nov. - 4.284€
13 dias | 17 ref. | hotéis 4*

Sul da Índia & Sri Lanka

c/ extensão ao Dubai
12 Nov. - 2.808€
16 dias | P.C. | hotéis 4*/5*

**Cruzeiro na Ásia
Singapura, Tailândia & Malásia**

29 Nov. - desde 1.992€
9 dias | P.C. | Mariner of The Seas

**Cruzeiro Singapura, Tailândia,
Vietname, Hong-Kong, Macau**

6 Dez. - desde 2.954€
17 dias | PC cruz. | Celebrity Millennium

**Fim-do-Ano no Rio de Janeiro com
Iguaçu, Brasília & Amazónia**

30 Dez. - 4.494€
12 dias | 14 ref. | hotéis 4*/5*

Faça "gosto" em



e receba as nossas novidades em tempo real.

LISBOA - MQ POMBAL
213 193 600
outgoing@oasistravel.net

LISBOA - AV. ROMA
218 411 700
groups@oasistravel.net

SETÚBAL
265 237 674
setubal@oasistravel.net

www.oasistravel.net

Fazer ouvir a voz do trabalho em Bruxelas

Levar a voz dos trabalhadores até Bruxelas... a partir de Estrasburgo. Esse é um dos motivos por que é importante votar nas eleições europeias. Um voto que pode fazer a diferença na adoção de diretivas e de regulamentos com impacto na vida dos cidadãos

TEXTO: **ELSA ANDRADE**



O raciocínio é claro: sendo o Parlamento Europeu (PE) o único órgão comunitário eleito por sufrágio direto, o voto de todos é importante para garantir que nos momentos de decisão a eurocâmara pronunciar-se-á a favor de uma Europa mais justa e mais solidária.

É nesse sentido que os sindicatos europeus apelam à participação dos cidadãos no próximo ato eleitoral, que decorrerá nos 27 Estados-membros entre 22 e 25 deste mês – em Portugal é no domingo, dia 25.

Num momento de convulsão como o atual, com a Europa mergulhada numa grave crise económica e social em que é difícil perceber para que lado, no final, cairá a vontade política quanto ao Modelo Social Europeu cada vez mais ideologicamente questionado, todos os esforços são considerados válidos para tentar sentar em Estrasburgo quem se mostre disponível a ouvir a voz dos trabalhadores e dos seus sindicatos – e a pronunciar-se em consonância.

O movimento sindical europeu não se tem dado mal quando as suas lutas chegam ao PE, cada vez mais a última esperança face a uma Comissão e a um Conselho com forte pendor neoliberal e a um quadro legal comunitário que privilegia o mercado face aos direitos fundamentais.

Marcar a diferença

Este ano serão eleitos 751 eurodeputados, 21 dos quais portugueses. Os membros do PE representam a voz dos cidadãos europeus no quadro do sistema institucional comunitário e orien-

tam as políticas da UE, tanto a nível legislativo como orçamental.

Embora nos últimos anos se verifique uma decadência na regulação laboral europeia, marcada por uma legislação pontual e dispersa, a Europa adotou mais de seis dezenas de leis sociais em benefício dos trabalhadores, sobretudo em questões como saúde e segurança, trabalho a tempo parcial e temporário, contratação a termo, licença parental, despedimento coletivo, igualdade, transmissão de empresas e informação e consulta aos trabalhadores.

No entanto, outras decisões de instituições da UE têm sido penalizadoras. É o caso das decisões do Tribunal de Justiça Europeu sobre a livre circulação de serviços ou o "colete-de-forças" imposto pelo tratado orçamental.

Por isso o Parlamento Europeu pode fazer a diferença – porque tem apoiado algumas das reivindicações sindicais. E, dada a cada vez maior influência política deste órgão, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) tem desenvolvido uma atividade constante junto ao PE, o que passa por contactos permanentes com eurodeputados e a organização de um intergrupo sindical no seio da instituição.

Grupo de pressão

Criado em 1979, o intergrupo sindical coordenado pela CES tem como objetivo primordial apresentar aos deputados europeus, de forma regular, as posições do movimento sindical sobre as questões que estão na ordem do dia das sessões parlamentares.

Aberto aos deputados das grandes famílias políticas (socialistas, democratas-cristãos, verdes, esquerda e liberais), o intergrupo sindical combina uma atividade de informação e de contactos diretos dos membros da CES no interior do Parlamento.

A composição do hemicírculo não é indiferente para os interesses dos trabalhadores, conforme defende a CES. Naturalmente, o jogo de forças políticas em Estrasburgo ditará a maior ou menor sensibilidade face às reivindicações sindicais. ■

Como funciona o PE

Com os sucessivos Tratados, o Parlamento Europeu viu o seu poder reforçado e atualmente legisla em pé de igualdade com o Conselho de Ministros dos 27 governos da UE numa vasta área de matérias.

A eurocâmara assume três funções principais: a adoção dos atos legislativos europeus, em conjunto com o Conselho; o exercício de um controlo democrático sobre as outras instituições da UE, tendo poderes para aprovar ou rejeitar a designação do presidente da CE e dos restantes membros, realizando audições aos comissários antes de votar sobre o órgão no seu conjunto (bem como ao presidente do BCE e aos candidatos para o Tribunal de Contas) e o direito de adotar uma moção de censura contra toda a Comissão; tem ainda poder orçamental, partilhando com o Conselho a autoridade sobre o orçamento da UE, podendo influenciar as despesas da União. Incumbe-lhe ainda adotar ou rejeitar a totalidade do orçamento. ■

Quer a Europa salvar o seu modelo social?

Durante décadas persistentemente melhorado e cartão-de-visita da democracia solidária, o Modelo Social Europeu está a ser desmantelado sob o pretexto da crise. A Organização Internacional do Trabalho alerta para o risco do seu fim, mas querera a Europa pagar o preço de uma sociedade inclusiva, de trabalhadores com direitos e cidadãos com proteção social?

TEXTO: **ELSA ANDRADE**



O Modelo Social Europeu (MSE) foi uma das principais construções da União Europeia e elemento identitário de um espaço empenhado na justiça social. Agora está em causa, não apenas pela despesa que acarreta, mas sobretudo por estratégias de desregulação ditadas por interesses económicos e ideológicos.

Fruto da cooperação com a Comissão Europeia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem desenvolvido um conjunto de estudos para compreender as mudanças empreendidas nas políticas sociais. Insere-se nesse âmbito o projeto sobre o MSE, que decorreu entre 2013 e este ano. As conclusões foram apresentadas numa conferência realizada no final de fevereiro, por um conjunto de especialistas da Organização e peritos nacionais de 12 países, responsáveis pela

apresentação de estudo de caso sobre alterações no MSE. Os resultados foram extensivos a 30 países europeus. A CE esteve presente, representada por Andrew Chapman, vice-diretor da Direção-Geral de Emprego e Assuntos Sociais.

O objetivo era responder a três questões: qual o MSE prevalecente no país antes da crise? Que mudanças sofreu o modelo antes da crise e desde então? Quais os efeitos dessas mudanças? Na maioria dos casos, as alterações foram no sentido do desmantelamento. Portugal não foge à regra.

Múltiplos modelos, múltiplas mudanças

O MSE está consagrado nos Tratados e os seus elementos fazem parte do acervo social da UE, que os Estados-membros

implementam de diversas formas, conforme as circunstâncias nacionais. As diferenças entre países são enormes, mas todos têm tentado respeitar os princípios dos seis pilares fundamentais do MSE (ver caixa). Comparativamente a outros países e regiões, os Estados-membros da UE, por força do seu modelo social, são também dos que apresentam uma mais elevada despesa pública com a proteção social dos cidadãos, considerada a base da solidariedade, da igualdade e da coesão social.

A diversidade de situações e a magnitude das mudanças operadas foi uma das primeiras constatações do estudo.

Segundo os especialistas, as alterações introduzidas têm afetado todos os pilares do MSE. E embora algumas reformas tenham sido iniciadas antes do estalar da crise – nomeadamente nas pensões de reforma e no mercado de trabalho, devido à pressão de fatores como a demografia, a globalização e o desemprego estrutural – o problema orçamental acelerou essas tendências e colocou novas medidas na agenda política, que recaíram especialmente sobre os salários e a negociação coletiva.

Se nuns casos o modelo tem sido resiliente, noutros os governantes optaram paulatinamente pelo desmantelamento gradual.

Dos estabilizadores automáticos...

A importância do Modelo Social Europeu ficou bem patente na primeira fase da crise, quando funcionou como estabilizador automático, pondo travão às consequências mais gravosas.

O que é o MSE

Embora não exista uma definição oficial, o Modelo Social Europeu (MSE) pode ser visto não só como o conjunto de regulações legais da União Europeia e dos seus Estados-membros, mas também de uma série de práticas que visam promover uma política social abrangente na UE. Representa também a partilha de valores e princípios em diferentes questões sociais (solidariedade, igualdade de oportunidades, coesão social, diálogo social, etc.) e a sua importância na construção da comunidade europeia.

São seis os principais pilares do MSE:

- Aumento dos direitos mínimos sobre condições de trabalho;
- Sistemas de proteção social universais e sustentáveis;
- Serviços públicos e serviços de interesse geral;
- Mercados de trabalho inclusivos, com mais e melhores empregos, salários decentes e condições de vida dignas;
- Diálogo social forte e democracia nos locais de trabalho;
- Sociedade inclusiva; incremento da inclusão através de instrumentos comunitários.

Ataque aos direitos laborais

O estudo da OIT mostra quais os vetores que em cada um dos seis pilares do Modelo Social Europeu (MSE) foram mais enfraquecidos pelas medidas de austeridade e em que países. No primeiro pilar – direitos mínimos e condições de trabalho – as alterações foram as seguintes:

Direito de ação coletiva	Direitos no salário mínimo (SM)	Direitos no horário de trabalho	Saúde e segurança	Outros direitos dos trabalhadores
Infrações repetidas: Grécia	Diálogo social e SM interrompidos: Grécia, Portugal , Polónia, Roménia	Redução de horário de trabalho: Bélgica, Itália, Alemanha, Letónia, Estónia, Lituânia, Grécia, Chipre, Hungria	Vantagens dos funcionários públicos retiradas ou limitadas: Espanha, Bulgária, Eslovénia, Chipre	Intervenção do Estado: Grécia (intervenção legislativa na liberdade de associação e na negociação coletiva)
Mudanças na lei: Hungria	Cortes no SM: Grécia, Eslovénia, Irlanda, Chipre	Extensão de horários reduzidos (durante a crise): Alemanha, Suécia, Áustria, Holanda, Itália, Luxemburgo, França	Aumento de doenças relacionadas com trabalho (stresse, depressão): Croácia, Portugal , Estónia	Arbitragem limitada: Grécia, Reino Unido
	Congelamento do SM: República Checa, França, Letónia, Portugal , Reino Unido, Espanha, Luxemburgo	Aumento do horário de trabalho: Grécia, Espanha, Portugal , Eslováquia	Outras tendências: Grécia (aumento de trabalhadores sem seguro)	Redução do valor do trabalho extraordinário: Chipre, Hungria, Eslovénia, Reino Unido, Portugal , Grécia Não pago: Croácia, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia
	Desenvolvimentos benéficos: Alemanha (SM em 12 setores)	Outras tendências: Eslováquia (vários trabalhadores a tempo parcial partilham o posto de trabalho); Reino Unido (proliferação dos contratos de zero horas)	Desenvolvimentos benéficos: Dinamarca (governo planeia acabar com duração limitada do subsídio de doença)	Dias de férias retirados: Eslovénia, Chipre, Portugal
Alterações unilaterais do empregador: Espanha, Roménia, Reino Unido				



O diálogo social e a negociação coletiva estão sob ameaça

Ou seja, o aumento da despesa social amorteceu as implicações sociais do choque económico, como o aumento do desemprego, a precariedade laboral ou a exclusão. Em alguns países, como a Alemanha ou a Bélgica, foi possível conter a

onda de despedimentos através, por exemplo, de regimes de trabalho de curta duração, com apoio social e em diálogo com os parceiros sociais para encontrar alternativas. Pelo contrário, nos Estados com um MSE menos desenvolvido, como alguns

dos mais recentes membros da UE, o desemprego maciço, os layoffs e os cortes salariais foram uma realidade desde o início da crise.

... aos pacotes de austeridade

A forma de abordagem política à segunda fase da crise, a partir de 2010, foi bastante diferente. Apesar de constatada a utilidade da proteção social face à recessão, quando confrontados com as dívidas públicas – originadas, em grande medida, pelo apoio aos bancos –, os governos adotaram medidas de austeridade, com cortes significativos na despesa pública social.

Embora seja reconhecido que o MSE não está entre as causas da crise, a opção política da maioria dos estados foi destruir os seus pilares fundamentais.

Mesmo países com orçamentos estabilizados, como os escandinavos, não resistiram à tentação dos cortes.

As reformas não se limitaram a acertos quantitativos – em particular no setor público – mas, na sua maioria, as mudanças estruturais em áreas como o acesso ao subsídio de desemprego, pensões, proteção social, serviços públicos, regulação do mercado de trabalho e diálogo social. ►

► Nos Estados sob auxílio externo, como Portugal, as alterações foram mais radicais. A junção de vontades de governos e troika ditou um corte em todas as despesas sociais, em simultâneo com medidas para reduzir os custos do trabalho – alcançado especialmente através de cortes salariais e restrições à negociação coletiva.

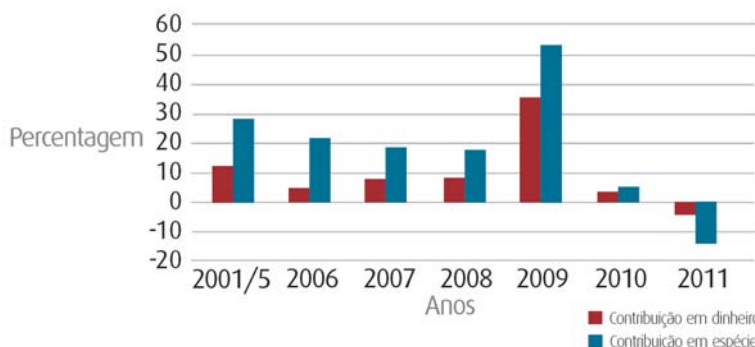
Matar ou salvar

A extensão das mudanças executadas no MSE pela maioria dos Estados-membros está a alterar profundamente a natureza social da Europa. Até agora o modelo tem dependido de valores e princípios comuns, que são cada vez mais atacados por estratégias e políticas neoliberais. Sob o objetivo de corrigir défices e melhorar a competitividade individual dos países, está a ser posta em causa a sobrevivência do modelo social europeu, alertam os peritos da OIT.

O desmantelamento em curso tem provocado um forte impacto social: baixos salários, mais pobreza, maiores desigualdades, aumento dos conflitos sociais, capital humano desaproveitado (incluindo pela emigração), coesão social em risco. Por toda a Europa a classe média tem sofrido uma erosão, pondo em questão a viabilidade

Gasto real em despesa social pública

Crescimento real anual dos gastos sociais públicos nos países da UE27, entre 2001 e 2011.



de das políticas implementadas. Em contrapartida, as expectativas económicas iniciais saíram defraudadas, face ao crescimento do desemprego, à queda do consumo interno e à sempre adiada recuperação.

Para os especialistas da OIT não há dúvida de que é obrigatório a UE mudar de rumo e promover políticas económicas mais equilibradas.

A persistir no paradigma atual, o que está em causa no longo prazo é a não assunção da despesa social pelo Estado, com evidentes consequências na

saúde, educação, proteção social e outros serviços públicos básicos. Algumas das reformas efetuadas poderão ser já irreversíveis.

"Estará a Europa disposta a perder o seu modelo social, que é a inveja de outros países e regiões do mundo?", questiona a OIT.

Manter o MSE, frisa a Organização, exige que os países da UE discutam a combinação entre políticas alternativas e as reformas de algumas das atuais, sem perder os principais elementos e características do modelo social. ■

O caso português

Classe média em retração

Desemprego estrutural, salários em queda, desinvestimento das famílias na educação, coesão social enfraquecida, concertação social em risco, democracia em perigo – são as principais ameaças que pendem sobre Portugal se forem mantidas as políticas de austeridade



Portugal foi um dos dez "estudos de caso" em debate na conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Modelo Social Europeu em tempos de crise económica e políticas de austeridade, que decorreu no final de fevereiro.

Pilar González e António Figueiredo apresentaram o seu estudo "Reforma do Estado social em Portugal: que efeitos na classe média?" no segundo painel de discussão, dedicado ao tema "Tendências da proteção social e do mercado de trabalho: que efeitos na coesão social, no

emprego e no crescimento económico?". O diagnóstico é por demais conhecido dos portugueses, o prognóstico vai ao encontro dos nossos maiores pesadelos.

Os investigadores traçam um breve percurso histórico do estado social português para contextualizar a atual situação

e explicarem os efeitos negativos da dinâmica em curso. O modelo social nasceu como resultado da Revolução, plasmado na Constituição de 1976 numa mistura complexa das influências sociais e políticas da época. Desenvolveu-se de forma desequilibrada, num compromisso entre as políticas sociais do anterior regime e as aspirações surgidas com a consolidação da democracia e a adesão do País à União Europeia, em 1986.

É, assim, um modelo incompleto, assente em três pilares fundamentais: sistemas públicos de educação e de saúde, modelo de proteção social que combina um sistema não-contributivo (social) e outro contributivo e regulação do mercado de trabalho.

Mudanças estruturais

Antes da crise financeira mundial de 2008, Portugal estava já a passar por um processo de mudança estrutural, caracterizado pela adaptação do seu perfil de especialização produtiva motivado pela globalização dos mercados e por um euro sobrevalorizado.

Pilar González e António Figueiredo salientam a transição dolorosa de um período de forte criação de emprego – não qualificado e de baixos salários – para empregos mais qualificados, possível devido aos progressos no ensino secundário. Ao mesmo tempo, verificou-se a necessidade de parar, ou pelo menos reduzir, a alocação de recursos públicos e privados nos setores não transacionáveis.

No que diz respeito ao modelo social, o País encetou na década de 2000 um conjunto de reformas importantes, tanto na regulação do mercado de trabalho como na segurança social (especialmente nas pensões), negociado com os parceiros sociais. Na saúde e na educação foram tomadas medidas de racionalização. As mudanças tiveram aval positivo das instâncias internacionais, designadamente da OCDE, FMI e Comissão Europeia.

Bater no fundo

Quando a crise financeira se transforma na crise das dívidas públicas e Portugal é obrigado a recorrer à ajuda da troika, todos os pilares do modelo social são afetados – e consequentemente a população. As taxas de crescimento do PIB e do desemprego são dois indicadores que mostram claramente a dimensão do desastre. Se em 1999 ambas rondavam os 4%, em 2012 divergem profundamente, afastando-se no pior sentido: -3% do PIB, contra um desemprego da ordem dos 16%.



Os reformados estão entre os mais penalizados

Os autores salientam que o rendimento nacional diminuiu, mas afetou de forma diferente os vários grupos sociais. Num País já de si social e economicamente desequilibrado, as desigualdades aumentam face às políticas de austeridade: cortes nos salários, nas pensões e nas prestações sociais.

O desemprego aumentou exponencialmente, mesmo entre os trabalhadores altamente qualificados.

A classe média é profundamente atingida e os cortes salariais dos funcionários públicos foi uma das principais causas.

À redução de vencimentos e à quebra de prestígio somam-se a incerteza e a insegurança, o congelamento das carreiras e um discurso político enfatizando uma dualidade entre funcionários públicos protegidos e os restantes trabalhadores. O resultado é um ciclo vicioso de deterioração de carreiras e desmotivação.

Outras consequências das políticas de austeridade, salientam os investigadores, é o aumento da homogeneidade dentro dos grupos de rendimentos e uma queda significativa da mobilidade social ascendente.

Sinais de alarme

Face aos dados, Pilar González e António Figueiredo não hesitam em afirmar que "as políticas de austeridade aumentaram negativamente os efeitos penalizadores da crise financeira internacional". As medidas de resgate não deveriam ter ignorado o estágio de desenvol-

vimento da economia portuguesa: o desmantelamento das recentes e vulneráveis dimensões do modelo social europeu num contexto de forte procura de proteção social "teve altos custos, não recuperáveis". Até porque, consideram, a consolidação orçamental de uma pequena economia da zona euro "não é viável sem uma solução para a zona euro como um todo".

Os investigadores alertam para os efeitos negativos que Portugal enfrenta e o cenário que perspetivam é assustador.

A ausência de retorno do investimento feito em educação (os jovens licenciados não encontram emprego) pode levar a uma inversão do comportamento das famílias, que resultará num retrocesso social e económico. Por outro lado, a quebra dos salários são um mau incentivo à inovação, penalizando a eficiência. O desemprego de longo prazo corre o risco de transformar-se em desemprego estrutural e permanente, minando a coesão social.

Ao nível do diálogo e da paz social, os especialistas salientam a perda de visibilidade da concertação social, poderá redundar no desmantelamento do capital de confiança acumulado. Agravado pela falta de confiança nas instituições públicas nacionais e europeias, é a própria democracia que ficará em perigo.

A conjugação destes riscos latentes ameaça fortemente o potencial de crescimento do País – resultando num Portugal mais pobre, desigual e injusto. ■



A saúde é um dos setores afetados pelos cortes

Por que o **Modelo Social Europeu** continua a ser relevante

Depois da adoção de políticas de consolidação orçamental durante a crise económica e financeira, o Modelo Social Europeu (MSE) enfrenta uma situação difícil em alguns países. Neste artigo de opinião, o economista-chefe da Organização Internacional do Trabalho (OIT) explica porquê

O Modelo Social Europeu (MSE) – constituído por uma série de políticas sociais destinadas a promover o crescimento económico, um elevado nível de vida e condições de trabalho dignas – desempenhou um papel fundamental na configuração da sociedade europeia dos anos do pós-guerra.



Daniel Vaughan-Whitehead

A importância destas políticas foi claramente demonstrada na primeira fase da crise, quando fatores como a proteção social permitiram amortizar o impacto social da crise em termos de crescimento, desemprego e pobreza.

Em diversos países europeus os interlocutores sociais, através do diálogo social, conseguiram estabelecer siste-

mas de distribuição do trabalho que reduziram os despedimentos, com frequência com a ajuda do governo. Foi o caso da Alemanha, da Bélgica, do Luxemburgo e da Áustria, entre outros.

No entanto, a partir de 2010 a preocupação crescente com os níveis da dívida soberana e o défice orçamental levou muitos países a introduzirem políticas de consolidação.

Ainda que a despesa social pública tenha atuado como um estabilizador automático, e o seu aumento em 2009 tenha limitado a queda do poder de compra dos cidadãos e a procura interna, a situação reverteu-se em 2011, quando a despesa social pública real da União Europeia diminuiu cerca de 1,5% relativamente ao ano anterior. Alguns países reduziram a despesa pública a níveis inferiores aos de antes da crise.

Mudanças rápidas e radicais**

Esta mudança nas políticas públicas teve consequências evidentes no MSE.

Os dados mostram que para além da diversidade de situações nacionais – em alguns países o MSE resistiu, noutros foi muito enfraquecido – as alterações observadas foram significativas e afetaram os principais pilares do modelo.

Embora estas mudanças tenham suscitado inquietação entre os cidadãos e os trabalhadores da Europa, também está amplamente reconhecido que o MSE, no seu formato atual, não está livre de defeitos.

Tanto a OIT como a Comissão Europeia reconheceram que certos elementos do MSE necessitam de ser reformados, face a desafios como o aumento da competitividade entre os mercados mundiais e o envelhecimento das sociedades europeias.

A questão que se põe é se, em alguns países, as políticas de consolidação fiscal na Europa impulsionaram mudanças demasiado rápidas ou se, noutros casos, as reformas introduzidas não se desviaram dos seus objetivos iniciais de garantir uma maior eficácia e sustentabilidade das políticas sociais.

Em certos países, os elementos fundamentais do MSE foram transformados de maneira radical, e algumas vezes foram desmantelados, mesmo quando era evidente que não eram a causa da crise ou dos défices orçamentais.

Influência da troika

Os países sob influência direta da troika tiveram de reduzir custos salariais unitários, diminuindo os salários e os direitos de negociação coletiva.

Os sistemas de proteção social passaram, com frequência, a ser menos



O poder de compra das famílias diminuiu drasticamente

generosos e algumas vezes menos universais, ao reduzir o acesso às prestações de desemprego e aos benefícios universais como subsídios por filhos, habitação ou doença.

As reformas dos mercados laborais aceleraram, com o objetivo de melhorar as taxas de emprego, em particular modificando as normas de contratação e despedimento para incrementar a flexibilidade que, como era de esperar, reduziram a segurança no emprego dos trabalhadores.

Em muitos locais, a redução da despesa pública também afetou a qualidade e alcance dos serviços públicos.

Uma maior flexibilidade nos mercados laborais, associada a uma redução do nível e cobertura da proteção social, pode ter um impacto negativo em termos de pobreza, capital humano e igualdade. É preciso ter presente que a per-

centagem de trabalhadores pobres na Europa atingiu 9,1% em 2012.

Negociação coletiva sob ataque

Se a negociação coletiva e o diálogo social demonstraram ser recursos poderosos para mitigar e superar a crise, é preocupante constatar que as medidas adotadas por diversos países tiveram repercussões negativas sobre estas instituições.

Em certos países, a eficácia das políticas destinadas a incrementar a competitividade só através da redução dos custos laborais deveria ser questionada. O desafio da competitividade na Europa meridional está estreitamente relacionado com a redução da brecha tecnológica.

Estas são algumas das questões que estiveram no centro de uma reunião em Bruxelas sobre o futuro do MSE. A reunião incluiu um debate sobre o livro *The European Social Model in times of economic crisis and austerity policies* ("O Modelo Social Europeu em tempos de crise económica e políticas de austeridade"), que será publicado brevemente.

O MSE é uma fonte de inspiração para diversas economias emergentes como a China, Brasil, Indonésia e Marrocos. É crucial que a União Europeia se pronuncie com firmeza e adote as decisões necessárias para preservar o modelo social que desempenhou um papel determinante da sua história. ■



A reforma dos mercados laborais incrementou a insegurança no emprego

*Economista-chefe da OIT

**Subtítulos da responsabilidade da Redação



TEXTO: PEDRO GABRIEL

Revistas do Sindicato

Escolha a forma de ler!

O SBSI continua a apostar na informação, disponibilizando aos associados as revistas "O Bancário", "Febase" e "Tempos Livres" em múltiplos formatos. Além da tradicional edição impressa, dos formatos pdf e interativo, agora tem também a possibilidade de escolher o que quer ler

As novas tecnologias estão cada vez mais enraizadas no nosso dia-a-dia. Atualmente viver sem computador e Internet é quase uma utopia e impede-nos de aceder a todo um manancial de informação disponível online.

Consciente dessa realidade e tendo por objetivo estar cada vez mais próximo dos sócios, o SBSI criou mais uma forma de consulta das revistas "O Bancário", "Febase" e "Tempos Livres", através das quais divulga a sua atividade mais relevante nos diversos domínios em que atua.

Caso pretenda consultar um artigo específico e imprimi-lo sem ter a revista completa, já pode fazê-lo. Para tal basta aceder à página das publicações no sítio do SBSI, em <http://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/default1.aspx> e clicar na palavra "online" para ter acesso a todos os artigos que saem na revista impressa. Poderá guardar, imprimir ou simplesmente ler aquilo que mais lhe interessa.

No entanto, as outras formas de leitura continuam acessíveis. O sócio pode optar por consultar a versão interativa, folheando página a página como se estivesse com a revista na mão. Esta funcionalidade permite inclusive a partilha pelas várias redes sociais, para que assim possa dar a conhecer aos amigos os artigos que lhe suscitaram mais interesse. Recorde-se que para consultar esta versão é necessário ter instalado no computador o Adobe Flash Player.



Para quem está mais habituado a ler a revista em formato pdf, o sítio online também oferece essa possibilidade, basta clicar no símbolo respetivo. Tanto a versão interativa como em pdf podem facilmente ser guardadas no computador pessoal, para memória futura ou para colecionar todos os números da revista.

Arquivo também disponível

Caso tenha perdido alguma edição de uma das revistas e queira reler um artigo, tem agora a possibilidade de

recuperar esse número em formato pdf. Na página <http://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/Arquivo-Revistas.aspx> pode consultar e guardar edições anteriores.

Apesar de todas as funcionalidades do sítio online, as revistas continuam a estar disponíveis para receção em formato impresso ou via correio eletrónico, chegando aos sócios na configuração solicitada.

Agora já não há desculpas para a falta de informação. Basta ler as publicações do Sindicato, no formato que mais lhe convier. É só escolher! ■

Consulte a galeria de imagens

O sítio do SBSI tem um espaço dedicado a galerias de imagens de alguns dos eventos que organiza. Desde ações de formação a provas de tempos livres, existe uma panóplia de imagens que complementam as várias notícias. Pode aceder através do seguinte link: <http://www.sbsi.pt/atividadesindical/galeriadeimagens/Pages/default.aspx> ■



Textos: PEDRO GABRIEL

Golfe

João Sá e Noé Fontes na frente



Está em marcha mais uma edição do Torneio da Ordem de Mérito. Para já, dois concorrentes destacam-se na frente da classificação

O 11.º Torneio de Golfe da Ordem de Mérito é composto por três provas que antecedem a final do Sul e Ilhas, no dia 7 de junho, no Lisbon Club, e a final nacional, a 25 de outubro, no Montado.

A primeira prova realizou-se em Ribagolfe II, no dia 29 de março, e contou com a participação de 27 concorrentes na vertente Stableford Gross e 25 na Stableford Net.

Em Gross, a vitória sorriu a João Sá (BdP), que alcançou 24 pontos, apenas mais um que o segundo classificado, José Mendes (Ilha Terceira). Na terceira posição terminou Juvenal Candeias (prof. Ed. Física), com 21 pontos.

Já na categoria Net, Jaime Rolão (BES) foi o mais forte ao conquistar 38 pontos, contra os 36 de Juvenal Candeias e os 35 de Vasco Valente (Santander Totta).

A Quinta do Perú acolheu a segunda prova do torneio, a 12 de abril. Pedro Taborda (Beloura) conquistou o primeiro lugar na vertente Gross, com 29 pontos. Seguiu-se-lhe João Sá, com 25, enquanto Noé Fontes (Santander Totta) terminou na terceira posição, com 23 pontos.

A categoria Net foi mais proveitosa para Noé Fontes, que conseguiu o primeiro lugar mercê dos 40 pontos conquistados. João Cano (BdP) foi segundo, com 39, e Pedro Taborda terceiro, com 36 pontos.

Equilíbrio abre apetite para última prova

Com a realização destas duas provas, a classificação geral na categoria Gross é liderada por João Sá, com 37 pontos, seguido de Pedro Taborda, com 32, e José Mendes, com 30 pontos.

Na categoria Net, o líder é Noé Fontes, com um total de 31 pontos. Jaime Rolão surge no segundo posto, com 27. João Sá

completa o top-3, com 24 pontos, os mesmo que Vasco Valente.

A proximidade entre os concorrentes abre assim apetite para a última prova, que se realiza no último dia de maio, na Aroeira. Daremos conta destes resultados em futuras publicações.

A Comissão Organizadora é composta por Manuel Camacho, António Ramos, Vítor Soares, Nélson Neto e Manuel Figueiredo. ■

Bowling

Pinos derrubados com bola cor-de-rosa

Na terceira jornada do Campeonato Interbancário de Bowling, Olinda Bettencourt superou a concorrência e finalizou no primeiro posto



A jogadora da Unicre lidera a classificação

O Bowling da Beloura acolheu mais uma ronda da área de Lisboa do 7.º Campeonato Interbancário, no dia 12 de abril. Vinte e seis concorrentes apresentaram-se para discutir a melhor classificação possível.

No total dos quatro jogos realizados, Olinda Bettencourt, da Unicre, foi quem mais se destacou, ao conquistar 684 pontos (164-169-171-180). Muito próximo ficou Rui Duque (BPI), com apenas menos um (202-171-151-159). Jerónimo Fernandes (BdP) alcançou a terceira posição, com 673 pontos (210-137-137-189). Mário Batista (Banif) e Jorge Teixeira (BPI) completam o lote dos cinco primeiros, com 664 (197-176-139-152) e 651 pontos (178-161-158-154), respetivamente.

A quarta e última jornada está agendada para dia 17 de maio, novamente no Bowling da Beloura. Os resultados serão dados em futuras publicações.

A final do Sul e Ilhas decorrerá no dia 14 de junho, na cidade alentejana de Évora. ■





TEXTO: PEDRO GABRIEL

Ao fim de quase 40 anos

Coopbancários fecha portas

A histórica instituição não resistiu à complicada situação financeira e foi declarada insolvente no início do mês. Perda de clientela e forte concorrência também ajudaram a este desfecho

A Coopbancários nasceu oficialmente no dia 22 de setembro de 1975, por iniciativa de um grupo de bancários ligados ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Um dos principais motivos que mais justificou a sua constituição foi a de satisfazer necessidades comuns dos seus membros e produzir ou adquirir bens e serviços nas melhores condições de qualidade e preço.

Quase 40 anos depois, a histórica cooperativa vê-se forçada a encerrar as portas. Na origem deste desfecho estão os prejuízos acumulados alicerçados pela grave crise económica que afetou o consumo das famílias portuguesas, bem como a forte concorrência de grandes cadeias de distribuição, com meios e recursos que ultrapassavam os da Coopbancários.

O fim da cooperativa dos bancários foi o pretexto para uma conversa com o último presidente da Direção. António Campos assumiu funções em junho de 2012, na esperança de conseguir inverter o ciclo negativo da instituição. Um mês depois da insolvência, a tristeza ainda está bem espelhada na sua face.



António Campos: "Chegámos a um ponto em que era impossível continuar"



P – O que levou à decisão de encerrar a Coopbancários?

R – Foi um conjunto de resultados negativos somados desde 2010. Estávamos à espera de financiamento, mas não aceitámos porque era um valor baixo e o imóvel valia bastante em comparação com o que nos queriam conceder. Chegámos a um ponto em que era impossível continuar.

P – Foi a partir daí que a decisão de fechar se tornou irreversível?

R – Sim, era irreversível. Apresentámos uma moção à Mesa da Assembleia Geral, que foi aprovada, e a seguir avançámos com o processo.

P – Além da situação económica, que outros fatores contribuíram para este desfecho?

R – A clientela foi-se reduzindo. As grandes cadeias estão constantemente a oferecer coisas e isso entusiasma as pessoas a encaminharem-se para outros pontos de venda. A presença de grandes cadeias à volta foi fazendo com que toda a atividade que tínhamos se fosse reduzindo.

P – Quantas pessoas foram afetadas pelo encerramento?

R – Quarenta empregados. Era uma estrutura muito pesada para o volume de negócios que estava a ter. Se houvesse financiamento tínhamos que fazer uma

reestruturação, inclusive dispensar trabalhadores.

Sem esperança

P – Existe ainda alguma esperança de salvar a Coopbancários?

R – Neste momento não. Só se aparecer alguém que queira reestruturar e aproveitar aqueles dois imóveis, que valem muito dinheiro. Tivemos negociações com uma cadeia de distribuição e estavam muito bem encaminhadas, mas desligaram-se de uma forma inexplicável. Não vejo que possa haver uma inversão nesta marcha da insolvência.

P – O que sente ao ver uma instituição encerrar após tantos anos?

R – Magoa-me muito. Sabia que havia dívidas à banca, empréstimos contraídos pela outra direção e que ia ter pela frente uma situação muito complicada, mas pensei no pessoal. O objetivo era conseguir um volte-face. Ainda conseguimos vender um imóvel em Camarate...

P – Olhando para trás: ficou alguma coisa por fazer?

R – Comigo nada, não tinha hipótese de fazer mais nada. Instalámos ali várias unidades, entre elas um balcão dos CTT. Entrava cada vez mais clientela, mas servia-se dos correios e saía. Pensámos que iria atrair mais gente para fazer compras, mas não conseguimos. ■



TEXTO: ÂNGELO HENRIQUES*



Chove sobre Portugal

Estamos a iniciar um longo ciclo de empobrecimento e, pior ainda, sem perspectivas de futuro. A troika, ao fazer entrar milhões, oferece-nos apenas um presente pobre, minado, e hipoteca-nos o futuro

"Em abril, águas mil", diz o provérbio popular bem conhecido de todos. Contudo, não foi neste dizer que me inspirei para o título da crónica, mas sim no filme estreado em 1976 sobre o golpe militar no Chile, em setembro de 1973. Allende tinha ganho as eleições presidenciais em 1970 e a Unidade Popular assumia o governo, mas não conseguiu dominar o aparelho de Estado e a organização político-militar. As forças mais reacionárias e conservadoras do Chile, com o apoio de diversos países e das multinacionais americanas, lideraram, através da operação militar "Chove Sobre Santiago", o golpe sangrento do dia 11 setembro.

Nos dias que Portugal vive, as armas estão nos quartéis, adormecidas, e as botas cardadas do exército e da polícia não compassam nas ruas vazias, nem os campos desportivos estão cheios de prisioneiros e de gente assassinada, mas os sulcos do nosso futuro que abril abriu não passam de um rio de sombras, tingido pelo sangue do desemprego, da emigração, da pobreza, da retirada de direitos, da redução das reformas e pensões, da cada vez maior desigualdade entre ricos e pobres, da miséria de sempre.

Os que nesta data nos governam (impreparados, incompetentes e que desconhecem o povo de que fazem parte), desbarataram completamente o melhor

dos portugueses, a sua generosidade e a sua disponibilidade para fazer sacrifícios em prol do seu País. A crise grave que vivemos deveria ter sido a grande oportunidade para fazer a reforma do Estado e corrigir os desequilíbrios reinantes que a entrada do euro potenciou, reforçando a democracia, libertando o Estado do controlo das cliques, das agendas partidárias, dos poderosos lóbis que vivem à sombra do poder e da corrupção crescente.

Nos tempos que correm – caracterizados pelo triunfo do capitalismo selvagem e do poder financeiro internacional, pelo delírio político em que entrou a União Europeia, que esqueceu totalmente os seus princípios fundadores, nomeadamente o da coesão, pela mediocridade política reinante, a par de erros próprios de quem vem governando este país (e por cores diferentes nos últimos anos) – estamos a iniciar um longo ciclo de empobrecimento e, pior ainda, sem perspectivas de futuro. A troika, ao fazer entrar milhões, oferece-nos apenas um presente pobre, minado, e hipoteca-nos o futuro.

A receita da austeridade, tal como foi aplicada, nem numa folha de excel conseguirá dar saldo positivo daqui a uma vintena de anos. As saídas "limpas" e "sujas" que se aproximam não escondem a lógica "troikiana" que, infelizmente, os nossos governantes subscrevem: isolar e depauperar o País, pagando juros chorudos aos credores, não tendo capacidade nem vontade de renegociar a dívida nem de encetar uma política patriótica e soberana de crescimento e de saída da crise. Bem-vindo o "Manifesto dos Setenta".

O 25 de abril foi há 40 anos e neste tempo que nos separa dessa data convém relembrar o seguinte:

– Não podem esquecer-se as lutas e as privações de todos aqueles sem as quais

não haveria 25 de abril nem democracia em Portugal;

– Os militares fizeram um golpe de estado que levou à conquista da liberdade, ao fim da censura, da polícia política e da guerra colonial;

– Foi posto fim a um regime autoritário e indigno;

– A soberania foi devolvida ao povo através de eleições livres e democráticas. Com todos os defeitos, vivemos num País livre e tem sido em liberdade que temos feito as nossas escolhas e, como em tudo na vida, arcamos com as respetivas consequências.

Há 40 anos foi a festa, foi a explosão de alegria, foi riso, foi lágrimas, foi o estado puro da política, da generosidade, do entusiasmo. Estávamos felizes, de coração aberto e a querer abraçar este mundo e o outro... Estávamos lá.

Mas a esperança, por si só, não basta. Falhou muita coisa. O retrocesso económico e social que o país tem vivido nos últimos anos não pode fazer esquecer que "As portas que abril abriu nunca mais ninguém as encerra", como escreveu Ary dos Santos.

Hoje, o meu 25 de abril não deixa de ter lágrimas de raiva, de impotência e de alguma resignação. Mas nunca de rendição. É esta atitude de acreditar que nos oferece o Evangelho nesta passagem: "Havemos de encontrar terra boa e aqueles que com coração bom e generoso, conservam a Palavra, dão fruto com a sua perseverança." (Lc 8,4-15).

Vai continuar a chover sobre Portugal, mas quem acende uma candeia, crê, hoje e amanhã, que uma réstia de sol voltará a brilhar sobre os cravos murchos de abril. ■

*Sócio do SBN





Além de visita a Óbidos e caminhada em Tongóbriga

GRAM promove curso de suporte básico de vida

O Grupo de Ação de Mulheres (GRAM) do SBN, na concretização do programa para 2014, vai promover este mês diversas iniciativas, em colaboração com a Direção

TEXTO: **FIRMINO MARQUES**

Considerando que a paragem cardíaca súbita representa a principal causa de morbilidade e mortalidade nos países desenvolvidos, acontecendo quase sempre fora do meio hospitalar, o GRAM vai levar a efeito uma ação de formação relativa ao tema "Suporte Básico de Vida", com início em 17 de maio.

O curso decorre nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Areosa, em Rio Tinto, e envolve uma série de procedimentos e técnicas visando garantir que as funções vitais se mantenham estáveis ou que pelo menos atrasem o tempo em que os danos se tornem irreversíveis.

As manobras básicas de socorro são uma "arma" para a nossa sobrevivência, ao alcance de todos, pretendendo o GRAM, com esta ação, desenvolver uma cultura



séria de emergência médica, destinada a salvar vidas e a reduzir fatores de mortalidade e de morbilidade.

No final da sessão será entregue um certificado de participação.

Visita a Óbidos, Alcobaça e Fátima...

Já no dia 24 de maio, o GRAM promoverá um convívio destinado às sócias do SBN e respetivo agregado familiar, que contempla uma visita a Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobaça e Fátima, com o seguinte programa:

Partida dos autocarros às 8h00 junto à Câmara Municipal do Porto, com visita livre a Óbidos, seguindo para Caldas da Rainha, onde será servido um almo-

ço regional, depois do qual continua a viagem, com visita livre a Alcobaça.

Segue-se uma visita ao santuário de Fátima, com tempo livre para assistir a cerimónias religiosas. O regresso ao Porto iniciar-se-á em hora a designar.

Entende-se por agregado familiar, única e exclusivamente os familiares do sócio, devidamente registados no SAMS.

...e caminhada a Tongóbriga

Destinada também aos sócios do SBN e familiares, o GRAM promoveu a XXI Caminhada do SBN, no dia 10 de maio, em Tongóbriga, Marco de Canaveses. Subordinada ao tema "Põe-te a andar, pela tua saúde...", decorreu sob o mote "Cantos e recantos, contos e encantos".

A atividade constou de uma caminhada média, acessível a quem tivesse uma prática desportiva normal, com cerca de 12 quilómetros por caminhos naturais e ancestrais feitos por romanos, percorridos por peregrinos e romeiros, por gentes de trabalho árduo que durante séculos se deslocou por entre rochas, cursos de água e carvalhos.

A mistura de cores e cheiros, aliada ao misticismo de Tongóbriga, faz daquele percurso um roteiro obrigatório para os amantes da história e da natureza. ■



Textos: FIRMINO MARQUES

Xadrez

Mário Massena vence torneio regional

O jogador do BST foi o líder incontestado, sem qualquer derrota



Campeão (à esquerda) e vice-campeão defrontam-se

O 30.º torneio regional de xadrez realizou-se no Hotel Axis, de Ofir, com excelentes condições para o evento, no decorrer de um fim de semana de sol e com magnífica temperatura exterior. Com a participação de doze con-
correntes, que deram tudo de si próprios

nos seis jogos que disputaram, dado, além do mais, o aliciante de poderem apurar-se para em outubro representa-rem o SBN na final nacional, que reunirá no Vimeiro representantes dos três Sin-
dicatos.

Tratou-se, como vem sendo hábito, de uma magnífica jornada desportiva e de convívio entre os participantes, alguns dos quais não deixaram de se fazer acompanhar, naqueles agradáveis dias, pelos cônjuges.

O lugar mais elevado do pódio acabou ocupado pelo vencedor incontestado, Mário Massena Machado, do BST, que totalizou 5 pontos, corresponden-tes a 4 triunfos e 2 empates, seguido pelo reformado Álvaro Brandão (BPI), que totalizou 4,5 pontos em 4 vitórias, 1 empate e 1 derrota (com o campeão), e por Joaquim Pinho (BdP), também com 4,5 pontos, mas que não consentiu qualquer derrota (3 triunfos e 3 empa-tes).



Núcleo de Fotografia expõe "Graffitis"

"Caminhos" é o novo ciclo de exposições que o Núcleo de Fotografia do SBN vai levar a cabo.

Será iniciado com o tema "Graffitis", da autoria de Júlio Pereira, que estará patente na galeria do Sindicato - Rua Conde de Vizela, 145 -, de 4 de junho a 2 de julho, às quartas e quintas-feiras, das 15h00 às 17h30. ■

Além destes três xadrezistas, a repre-sentação do SBN fica completa com os 4.º, 5.º e 6.º classificados, respetivamen-te Carlos Soares (BPI - Vila Verde), Artur Almeida (MBCP) e José Lino (Santander -
Ílhavo). ■

Castelo do Neiva recebe Dia do Bancário Reformado

A Comissão Sindical de Reforma-dos, em colaboração com a Direção do SBN, vai comemorar o Dia do Bancário Reformado no dia 17 de maio, em Castelo do Neiva, com um evento aliciante dirigido aos asso-ciados e respetivos cônjuges ou companheiras(os). O passeio inicia-se com a partida dos autocarros da Câmara Municipal do Porto, junto ao Capitólio, em direção a Ponte de Lima, seguindo para Castelo do Nei-va, onde será servido um almoço.

O preço por pessoa é de 27,50€, incluindo transporte, para sócios, côn-juge ou companheira(o) e de 25€ sem transporte.

O pagamento poderá ser efetuado em duas prestações mensais, em che-ques pré-datados para os dias 26 de maio e 26 de junho. ■

1.º passeio todo-o-terreno

Do Porto a Caminha... por maus caminhos



A Direção do Sindicato dos Bancá-rios do Norte, em colaboração com o Núcleo TT do SBN, vai levar a efeito um passeio todo-o-terreno no

dia 24 de maio, destinado a sócios e familiares possuidores de viaturas 4x4 e subs, que gostam de passear com as suas máquinas, mas sem andarem por caminhos que sejam suscetíveis de ris-car ou de "atascar".

A partida será logo de manhã, com passagem por Ponte de Lima e chegada a Caminha.

O almoço será um piquenique e o jantar de confraternização será servido em Caminha, no restaurante "Muralha de Caminha".

O passeio não terá caráter competi-tivo, seguindo obrigatoriamente o Cód-i-go da Estrada.

A organização não se responsabiliza por qualquer dano ou acidente que ocor-ra durante o evento. ■

Bancários Norte





Conselho Geral aprova Relatório e Contas de 2013



Os conselheiros debateram ainda a constituição do sindicato único

O documento sobre a vida do Sindicato mereceu o voto unânime dos conselheiros

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

O Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Centro, reunido no dia 15 de abril, aprovou por unanimidade o Relatório e Contas de 2013, encerrando-se assim mais um ano na vida do Sindicato, no contexto de um período de profunda crise económica, caracterizada pela estagnação e pelo desemprego, por um lado, e pelo défice das contas públicas e endividamento externo, por outro.

Com as medidas drásticas que penalizaram fortemente os cidadãos em geral e os trabalhadores em particular, com o agravamento da crise social, resultante da desorçamentação levada a cabo para com este sensível setor, com o agravamento fiscal, com a redução dos salários na Administração Pública e nas empresas da esfera do Estado e com a fortíssima penalização das pensões dos reformados, o ano de 2013 caracterizou-se por um forte descontentamento e por muitas manifestações de desagrado, que culminaram com a greve geral de 27 de junho e que a Febase deu pleno apoio.

No plano interno e do ponto de vista político-sindical, é de salientar a sua participação na elaboração do Acordo, vulgo "Memorando de Entendimento" com o BCP e a eleição do seu presidente para secretário-geral da UGT.

RELATÓRIO e CONTAS de 2013



Situação financeira confortável

Apesar de a crise económica também se repercutir no SBC, não estando imune ao que se passa no País, nomeadamente em termos de desemprego, do ponto de vista patrimonial assinala-se a solidez das contas apresentadas, pois a situação financeira do SBC, no final do ano, continua a apresentar-se confortável, oferecendo garantias de poder suportar o impacto dos tempos difíceis que se anunciam.

Sindicato único

No período fora da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade um voto

de pesar pelo falecimento do conselheiro Alberto Santos Silva, bem como do trabalhador do sindicato Jorge Alves.

No plano político, o sindicato único e a sua criação dominaram as atenções dos conselheiros, tendo a questão sido inicialmente abordada por Aníbal Ribeiro, que fez o ponto da situação, nomeadamente o que se tem passado nas reuniões preparativas da elaboração dos Estatutos da futura organização.

O vice-presidente do SBC colocou à consideração dos conselheiros a manutenção do desejo de constituição do sindicato único, o que mereceu a manifestação favorável unânime dos presentes.

Freitas Simões, representante do SBC na Comissão de Redação dos Estatutos fez uma explanação mais alongada e pormenorizada de como estas reuniões têm decorrido.

Carlos Silva fez também a apologia e a pedagogia do sindicato único, não vendo nele uma única coisa que seja desfavorável à sua constituição. Completou a sua intervenção com a abordagem de duas datas tão caras aos trabalhadores portugueses – a Festa UGT em Santarém, comemorativa do 25 de abril, e o 1.º de maio.

O ponto 2 da ordem de trabalhos – Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2013 da Ação Sindical, SAMS/Regime Geral e SAMS/Regime Especial –, foi apresentado e desenvolvido pela Tesoureira, Helena Carvalheiro, que fez uma explanação concludente da execução orçamental. Submetido à votação, o Relatório e Contas de 2013 foi aprovado por unanimidade. ■



TEXTOS: ANTÓNIO PIMENTEL / PEDRO VEIGA

Futsal

Egitanienses na final nacional

A equipa "Educadores do Xuto" sagrou-se campeã regional e vai representar o SBC em Coimbra

O Torneio de Futsal do SBC teve lugar em duas mãos, encontrando-se inscritas três equipas: os "Educadores do Xuto", da Secção Regional da Guarda; "Os Viriatos", da Secção



Educadores do Xuto



BCP MG Foot

Regional de Viseu, e "BCP MG Foot", da Secção Regional de Leiria.

A primeira jornada disputou-se no Pavilhão do Instituto Politécnico de Viseu, colocando frente a frente o "BCP MG Foot" e os "Educadores do Xuto", com o resultado favorável à equipa da Guarda por 2-4, ficando Viseu isento.

A segunda jornada teve lugar no Pavilhão da Palheira/Assafarge, colocando em disputa Viseu e Guarda, com o resultado final de 0-3 favorável aos "Educadores do Xuto", sagrando-se, assim, os egitanienses representantes do SBC à final nacional, a disputar em Coimbra a 7 e 8 de junho. ■



Os Viriatos

Pesca de Mar

Mau tempo dificulta provas



Peniche recebeu os pescadores com vagas de três metros

Mar revoltoso não ajudou os pescadores, embora tenha sido possível capturar alguns bons exemplares

Das três provas que o SBC vai levar a efeito para apuramentos dos seus atletas à final nacional, duas já decorreram. A primeira teve lugar na Figueira da Foz, no dia 29 de março.

Embora as condições climáticas não fossem desagradáveis, o mar apresentou-se extremamente agreste e revoltoso, obrigando à alteração da prova e originando peixe escasso, muito embora tivessem lugar algumas provas individuais razoáveis. Nesta prova, António Cascão obteve o primeiro lugar, seguindo-se Vítor Malheiros e, em terceiro, Rogério Silva.

A segunda prova realizou-se em Peniche, no dia 26 de abril, sob péssimas condições atmosféricas, apresentando-se o mar com vagas de três metros. Ainda assim foi possível capturar alguns bons exemplares. Vítor Malheiros alcançou o primeiro lugar, seguindo-se António Cascão e Pedro Veiga.

Para definição da classificação final, os 15 pescadores inscritos realizaram a terceira e última prova no dia 3 de maio, na Nazaré, e do resultado daremos conta em próximas edições. ■



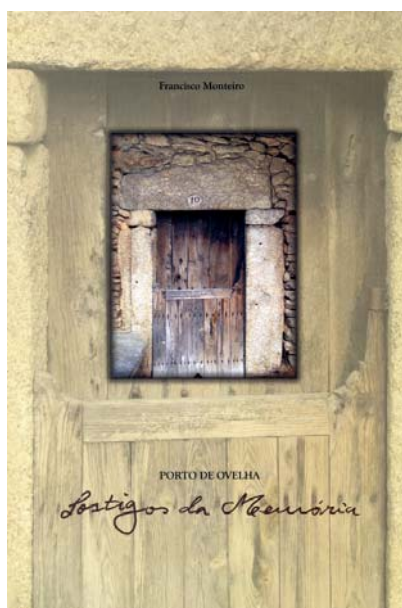


Bancários destacam-se

Francisco Monteiro, entre a escrita e a rádio

"Postigos da Memória", livro do bancário reformado e sócio do SBC, é uma obra etnográfica sobre Porto de Ovelha

TEXTO: A. CASTELO BRANCO



Natural de Porto de Ovelha, do concelho de Almeida, na Guarda, Francisco Monteiro, reformado do BCP, trabalhou em Pinhel, é o sócio n.º 5575 do SBC e vive atualmente em Lisboa.

Apresentamo-lo hoje como escritor e autodidata de grande vocação para as coisas da cultura, onde pontuam as suas crónicas na rádio local e as suas intervenções na imprensa escrita. Falamos de "Postigos da Memória", um seu livro de

referência, um precioso trabalho de inventariação e reposição do que de mais sagrado pode guardar a alma de quem fala da sua terra: (...) As suas águas, (...) eram (...) o espelho ondulante do sol e o leito tranquilo do brilho da lua. (...)

Numa linguagem descritiva, simples e particularmente perceptível, plena de sabor e de autenticidade, Francisco Monteiro leva-nos pela mão até ao mundo da sua infância, com um saber e uma subtilidade tais que não nos dá tréguas antes que conheçamos Porto de Ovelha, que foi quem o viu nascer.

É isso que vai acontecendo no virar de mais uma página, na contemplação de mais uma fotografia e em leituras assim, que falam deste lugar: (...) A fome matava-se com caldo, batatas e uma borda de pão. O corpo alindava-se com cotins, panas e chitas. As feridas curavam-se com malvas. A untura corrigia as entorses e os ares atalhavam-se com resposos e defumadoiros. (...)

"Postigos da Memória" diz da vida e das vivências das suas gentes, dos seus usos, costumes e tradições, inventaria o seu património material e embala o espiritual. É um repositório com alma:

(...) Cães, gatos, porcos e galinhas, vagueavam pelas ruas e toda a gente sabia a quem pertenciam. (...)

Considero esta obra um hino à etnografia, onde falta apenas uma planta de localização – tal o seu interesse – que permita a quem a leia, logo poder visitar sem dificuldade este santuário, que um filho da sua terra imortalizou. ■

Iniciativas culturais

A vida a bordo na carreira da Índia

Numa iniciativa conjunta do SBC, da UGT de Leiria e do Jornal das Cortes e ainda com a colaboração da Casa Museu João Soares, vai ter lugar naquele espaço, pelas 21h00 do dia 6 de junho, uma comunicação subordinada ao tema "A vida a bordo na carreira da Índia". O conferencista é o historiador José Manuel Azevedo e Silva, professor jubulado da universidade de Coimbra que anteriormente foi bancário, dirigente sindical, e nos biénios de 1976 a 1980 presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Centro. A entrada é livre. ■

Coimbra do Mondego

Coimbra do Mondego é o nome dado à visita que um grupo de reformados do Santander Totta vai fazer a esta cidade e à sua região, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho, após o convívio nacional que terá lugar na Ortigosa - Leiria e que contará mais de mil e quinhentos participantes. Esta iniciativa deve-se ao núcleo de reformados do Oeste e conta com a participação das subcomissões da Madeira e dos Açores. A Direcção do SBC disponibilizou-se para viabilizar o acompanhamento guiado que o programa contempla. ■



Conselheiros unânimes na aprovação das Contas

A estratégia de rigor financeiro da Direção, mantendo a política de contenção de despesas mas executando todas as rubricas orçamentadas, mereceu o apoio do órgão máximo do Sindicato

TEXTO: **JOSÉ LUÍS PAIS***

O Conselho Geral aprovou por unanimidade, na sessão de 10 de abril, o Relatório de Atividades e Contas de 2013.

Esta deliberação do órgão máximo do sindicato representa, em primeira instância, a visão que a liderança do STAS tem sobre os percursos sindicais, com vista à melhor resposta às necessidades dos associados, por um lado, e aos desafios que se afiguram no futuro, por outro. Neste sentido, a orgânica de recursos humanos procurou tornar mais leve e flexível a arquitetura dos serviços, para melhor servir e melhor vencer os desafios que surgiram.

Ao longo de 2013, os colaboradores do Sindicato foram dando provas do seu mérito, abnegação e capacidade de trabalho e de realização, demonstran-

do sempre constituírem um grupo profissional capaz.

Na reunião, foi ainda apreciada a opção da Direção relativa à estratégia assente no rigor financeiro, tendo-se mantido a política de contenção de despesas a todos os níveis, mas que permitiu executar todas as rubricas orçamentadas, não as excedendo.

Mantiveram-se os valores de quotização previstos, embora afetados em parte pela quebra de quotização pela não atribuição do 13.º e 14.º mês aos sócios do setor empresarial do Estado.

No que respeitou às atividades desenvolvidas, merecem realce: campanha de sindicalização; reuniões de esclarecimento do CCT em diversas seguradoras e contactos com trabalhadores de delegações; reuniões com algumas administrações para clarificação de aspetos laborais; intervenção em diversas reuniões, seminários e conferências, de acordo com a representatividade do STAS em várias estruturas; apoio jurídico das mais diversas formas aos associados; ações de formação gratuita; realização de atividades culturais e desportivas e inauguração da Universidade Sénior Pedro de Santarém.

Destacado o agradecimento aos milhares de associados, que não obstante terem vivido um ano particularmente difícil, souberam escolher a via da solidariedade e da responsabilidade. ■

*Vice-Presidente do STAS





CAMPO DE FÉRIAS ABERTO

Jovens Seguros

2014

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 6 anos de idade

Preços:
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
125 Euros para novos sócios

1º Turno: 23 a 27 de Junho
2º Turno: 30 de Junho a 4 de Julho
3º Turno: 7 a 11 de Julho
4º Turno: 14 a 18 de Julho
5º Turno: 21 a 25 de Julho
6º Turno: 28 de Julho a 1 de agosto
7º Turno: 4 a 8 de agosto
8º Turno: 11 a 15 de agosto

Pagamentos fracionados até novembro
(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Penamacor e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Cicloturismo, Bísaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 8 anos de idade

Jovens Seguros

2014

Preços:
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
525 Euros para novos sócios (valores para turnos de 15 dias)

1º Turno: 19 de julho a 2 de agosto
2º Turno: de 2 a 16 de agosto
3º Turno: de 16 a 30 de agosto

Pagamentos fracionados até novembro
10% de desconto nos pagamentos efetuados na totalidade até a data de início do turno correspondente
(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60



Campanha de Sindicalização com deslocação às empresas

O STAS considera que é importante o contacto de proximidade com os seus associados

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA***

Todos os anos o Sindicato tem levado a cabo uma iniciativa que permite reforçar o laço com os associados, através de deslocações a nível nacional. O esclarecimento de questões, dúvidas, a informação sobre as novidades para os sócios, entre outros, são os objetivos a que nos propomos com estas visitas personalizadas a empresas e balcões de todo o País.

É também o momento em que a Direção do STAS procura angariar mais sócios, pretendendo desta forma demonstrar a importância de ser sindicalizado

e quais os benefícios para os trabalhadores em pertencer a esta família.

O mote para este ano será o PIR - Plano Individual de Reforma, entre outros direitos que os trabalhadores da atividade seguradora podem usufruir com o atual CCT.

Além das questões relativas à negociação coletiva, é nossa pretensão reforçar a importância dos serviços que o Sindicato pode prestar aos seus associa-

dos e que, em diversos casos ainda desconhece, nomeadamente:

- Aceder a um equipa especializada em Direito do Trabalho e aconselhamento jurídico pessoal extralaboral;

- Apoio fiscal;

- Protocolos com Universidades - acesso preferencial ao ensino superior com descontos significativos;

- Protocolos com entidades de saúde, desporto, turismo e lazer, entre outras, com condições muito vantajosas e facilidades de pagamento;

- Campos de férias para descendentes dos sócios (Jovens Seguros), com descontos para as férias de 2014;

- Eventos desportivos, lúdicos e de lazer organizados pelo STAS e pela FEBASE;

- Torneios "in-door" e "out-door", concursos fotográficos, passeios lúdicos, exploração da Natureza;

- Condições especiais de acesso ao SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social dos Sindicatos dos Bancários);

- Bolsa de emprego permanente STAS;

- Universidade Sénior Pedro Santa-rém (ocupação diurna de tempos livres para sócios com 50 anos ou mais).

Entre os maiores benefícios de ser sindicalizado no STAS realçamos o apoio e acompanhamento jurídico preventivo e de contencioso laboral; a obtenção de consulta em todos os ramos e disciplinas do Direito; o apoio, aconselhamento e patrocínio cada vez mais relevantes no contexto laboral, sem qualquer custo adicional.

O STAS ao serviço dos seus associados, hoje e sempre. ■

**Vogal da Direção do STAS*

Um Mundo de
VANTAGENS





CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de abril

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Iluminada"
José Canelas



"Cúpula"
Jorge Araújo



"Manualidades"
Tiago Martins



"Abril 40 anos"
Rui Gonçalves



"Rumo à glória"
Francisco Oliveira



"Ser diferente"
José Proença

TEMA - LIVRE



"Flower 1"
Jorge Araújo



"Primavera"
José Barreiro



"Quem espera."
José Pinto



"Verdes são os campos"
José Canelas



"Natureza morta"
Aires Pereira



"Água surreal"
Rui Gonçalves